

# ALFABETIZAÇÃO VERSUS LETRAMENTO

## LITERACY AND LITERACY

Marluce Araújo da Costa<sup>1</sup>

Francisca de Cáscia da Costa<sup>2</sup>

Cleide Dias Costa<sup>3</sup>

Ana Cristina Medeiros de Azevedo Silva<sup>4</sup>

José Amilton da Costa<sup>5</sup>

Salésia Medeiros<sup>6</sup>

Conhecer algo não quer dizer, necessariamente, saber ou ter o conhecimento suficiente para a devida apropriação. Considere-se, aqui, o conhecimento superficial como o ‘conhecer’ e o conhecimento profundo como o ‘saber’.

**Resumo:** A temática letramento, bastante atual no contexto brasileiro, nem sempre foi compreendida com clareza pelos professores do Ensino Fundamental, dos anos iniciais, responsáveis por auxiliar as

---

1 Graduada em Pedagogia; Pós graduada em Novas Tecnologias da Educação; Mestre em Ciências da Educação; Doutora em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

2 Graduada em Pedagogia, Pós graduação em Novas Tecnologias da Educação, Psicopedagoga Clínica; Mestre em Ciências da Educação; Doutora em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

3 Graduada em Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Literaturas; Especialista em Educação Inclusiva e Psicopedagogia; Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

4 Graduada em Geografia; Graduação em Pedagogia; Pós graduação em Psicopedagogia Institucional; Professora e Tradutora de Brille; Mestre em Ciências da Educação; Doutora em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

5 Graduado em Letras pós-graduado em fundamentos da educação-interdisciplinaridade, psicopedagogia institucional e clínica, gestão da educação pública; mestre em ciências da educação e doutor em ciências da educação pela Veni Creator Christian University

6 Licenciatura Plena em Letras; Licenciatura plena em Pedagogia; Pós Graduação em Supervisão Educacional; Mestre em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University

crianças na aprendizagem da leitura e da escrita. Em função disso, o presente artigo consiste em uma reflexão teórica sobre este processo objetivando esclarecê-lo e aprofundá-lo através de uma revisão bibliográfica embasada nos aportes de alguns autores renomados. De início, busca-se entender os diferentes aspectos relacionados ao tema que mudou o sentido e a importância da alfabetização na escola; enfatiza-se, também, a definição, a etimologia, a diferenciação entre alfabetizar e letrar. Aborda ainda os diversos tipos ou modalidades; as possíveis relações entre letramento e escolarização; os desafios e as implicações do letramento para a educação, especificamente, as práticas alfabetizadoras.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Letramento. Escolarização. Práticas sociais de leitura e escrita.

**Abstract:** The topic of literacy, a very current one in the Brazilian context, has not always been clearly understood by elementary school teachers, in the early years responsible for helping children learn to read and write. Therefore, this article consists of a theoretical reflection on this process, aiming to clarify and deepen its understanding through a bibliographic review based on the contributions of several renowned authors. Initially, the article seeks to understand the different aspects related to the topic that has changed the meaning and importance of literacy in schools; it also emphasizes the definition, etymology, and the distinction between literacy and literacy. It also addresses the various types or modalities; the possible relationships between literacy and schooling; the challenges and implications of literacy for education, specifically literacy practices.

**Keywords:** Literacy. Literacy. Schooling. Social practices of reading and writing.

## Introdução

Um dos maiores desafios do sistema educacional, hoje, é garantir a alfabetização de toda a população. Os profissionais e pesquisadores buscam compreender o processo de aquisição da leitura

e da escrita, assim como identificar e propor as melhores práticas pedagógicas para a formação de leitores e escritores competentes. A proposta desse artigo é promover a reflexão acerca da alfabetização e do letramento bem como de suas propostas teórico-metodológicas.

Vivemos em um mundo diferente, cada vez mais globalizado, complexo, em uma sociedade letrada, que exige um aprimoramento constante para as novas necessidades. Além disso, a cada momento, multiplicam-se as exigências por práticas de leitura e de escrita, não só na chamada cultura do papel, mas também na nova cultura da tela, como pode ser chamado o conhecimento mobilizado pelos meios digitais ou eletrônicos.

A ausência tanto quanto a presença da escrita em uma sociedade são fatores importantes que atuam ao mesmo tempo como causa e consequência de transformações sociais, econômicas, políticas, históricas, culturais e psicológicas. Essas mudanças provocam o surgimento de novos conceitos e/ou termos para designar fenômenos recentes e que ainda se encontram em fase de recepção, construção e compreensão pela sociedade.

Historicamente, mal entendida, atribui-se à alfabetização um sentido amplo relacionado ao processo de ensino, embora seu conceito seja restrito à aprendizagem inicial e mecânica de ler e escrever e, à ação de ensinar o código linguístico enfocando os sistemas fonológico/ alfabético e ortográfico, limitada a uma etapa definida num espaço cronológico estanque (apenas um ano de escolaridade), nas chamadas classes de alfabetização, nas quais se inicia e se esgota, como um processo específico e indispensável de mera codificação e decodificação dos sinais gráficos, que leva o indivíduo ao domínio ou apropriação da escrita.

É tradição pedagógica brasileira considerar a alfabetização como uma etapa escolar anterior ao ensino da língua. Porém, o ato de ler e escrever deve começar a partir de uma compreensão muito abrangente do ato de ler o mundo, coisa que os seres humanos fazem antes de ler a palavra. Aprender a ler e a escrever inclui a aprendizagem da língua e suas especificidades; é, antes de mais nada, compreender o seu contexto.

Somente a partir dos anos 80, do século passado, ao tornar-se foco de atenção nas áreas

da educação e da linguagem, a concepção de alfabetização, centrada apenas na memorização das relações entre sons e letras, vem sendo questionada pelos estudos de Ana Teberoski e Emília Ferreiro acerca da psicogênese da escrita.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394 de 96, com a implantação dos Programas Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação (PCN), Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), Pró-Letramento e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), a implementação dos “ciclos de alfabetização” e a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, os sistemas de ensino e, por sua vez, as escolas passaram a reconhecer a insuficiência da visão tradicional de alfabetização (BRASIL, 1998-2009).

Essa concepção ampliada de alfabetização decorre do fato de o grafocentrismo imperar cada vez mais nas sociedades modernas as quais estão centradas na e expostas à língua escrita. Consequentemente, ser alfabetizado tem se revelado condição insuficiente para responder de maneira adequada às demandas contemporâneas. Surge, então, a necessidade de as escolas repensarem o seu papel social o que acabou por levar a uma orientação pedagógica na qual, além de aprender a ler e escrever, a criança necessita dominar as habilidades sociais de lectoescrita - ir além da simples ‘alfabetização funcional’, enfim: ‘letrar-se’, para inter-relacionar tais práticas nas mais diversas situações.

Ferreiro (1986) não considera a alfabetização apenas como algo mecânico ou aprendizagem de um código de transcrição, o ‘bê-a-bá’; mas de um modo abrangente e complexo, como a representação de um sistema que leva em conta os ‘resultados’ e o processo no qual o indivíduo constrói a gramática e suas variações. Ela enfoca o aspecto da escrita, muito embora considere a leitura parte inseparável desse processo, dado que além do uso das habilidades mecânicas (codificação e decodificação), a criança precisa, também, realizar atividades de interpretação, compreensão, ressignificação e produção.

Na verdade, embora a leitura e a escrita estejam enraizadas em uma ideologia da qual não podem ser isoladas, o valor e a importância da escrita não são inerentes a ela, mas dependem da

função e dos usos que lhe são atribuídos no contexto social. A escrita, nas sociedades grafocêntricas, está sendo muito valorizada quicá mitificada: na escritura estaria o discurso da verdade, a escrita seria o repositório do saber legítimo. Por isso, para ensinar os usos e as formas da língua, é necessário, sempre que possível, fazê-lo em situações comunicativas; significa ter como unidade de ensino a unidade funcional da língua: o texto (BEZERRA, 2002).

Desta feita, existem duas maneiras de entender-se o processo de alfabetização: como aquisição individual de habilidades requeridas para a leitura e escrita ou como representação de diversos objetos de natureza diferente.

Durante muito tempo, pensava-se que ser alfabetizado era conhecer o código linguístico, as letras do alfabeto. Hoje, sabe-se que apenas o conhecimento das letras não é suficiente para ser competente no uso da língua escrita. A língua, enquanto fenômeno social, estrutura-se de forma ativa/dinâmica e grupal/coletiva e, portanto, a escrita deve ser analisada do ponto de vista sociocultural. Por isso, tão importante quanto conhecer o funcionamento da escrita é poder se engajar em práticas sociais letradas, respondendo aos inevitáveis apelos de uma cultura grafocêntrica.

Conforme Batista (apud CARVALHO & MENDONÇA, 2006, p.17), é para dar conta a essa nova dimensão ou inserção no mundo letrado, à consciência acerca da diversidade dos gêneros textuais e ao caráter vivo e aberto da linguagem nas relações socioculturais que se cunhou a palavra ‘letramento’, o sentido ampliado da alfabetização.

De acordo com Soares (1998), o termo letramento, a princípio, encontrava-se restrito aos discursos acadêmicos dos especialistas das ciências linguísticas. No Brasil, foi usado pela primeira vez, em meados da década de 80, por Mary Kato, no livro ‘No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística’. Ao ser incorporado à terminologia das áreas da Educação e da Linguística – com o significado de conjunto de conhecimentos, atitudes e capacidades necessários para usar a língua em práticas sociais diversas – difundiu-se ao longo dos anos 90, com as obras ‘Os significados do letramento’ de Ângela Kleiman e ‘Alfabetização e Letramento’ de Leda Tfouni, popularizando-se como referencial nos discursos educacionais de gestores, educadores e alfabetizadores.

Nessa perspectiva, passaram a diferenciar escrita, alfabetização e letramento (cf. KLEIMAN, 1995) e, a usar o vocábulo alfabetização em seu sentido restrito, como o aprendizado inicial da leitura e da escrita ao passo que o letramento se relacionava aos usos e às competências da língua escrita.

O estudo do letramento é bastante recente nos meios científicos brasileiros. A própria palavra é um neologismo (anglicismo) ainda não dicionarizado, mas já faz parte do vocabulário dos professores, por ser um conceito muito divulgado na literatura pedagógica.

Para Magda Soares (idem, p.17), letramento é uma tradução para o português do termo inglês “literacy”, etimologicamente oriundo da forma latina “littera”, cujo significado é “letra”. Ao latim “littera” foi adicionado o sufixo “-cy”, que expressa estado ou condição de ser letrado, para formar o vocábulo inglês “literacy”, decomposto da seguinte forma: littera (letra) + cy (condição ou estado de). Parece que, em português, foi feito do mesmo modo, ou seja, ao radical “letra-” como forma portuguesa da palavra latina ‘littera’ acrescentou-se o sufixo “-mento”, que indica resultado de uma ação, formando a nova palavra em questão: letramento.

Embora letramento seja equivalente, no Brasil, ao termo “literacy”, trata-se de palavras com conceitos bem diferentes, uma vez que este significa capacidade ou habilidade para ler e escrever, e não condição ou estado resultante da utilização da leitura e da escrita nas práticas sociais. Assim, a acepção de “literacy” parece mais próxima de alfabetização que de letramento, fato que acarreta outro problema terminológico, já que a concepção de sujeito alfabetizado nos países que se valem do termo inglês parece um pouco distante daquela adotada atualmente no Brasil.

Alguns autores argumentam que o termo ‘literacia’, usado em Portugal, seria mais apropriado que letramento. Outros propõem o vocábulo leiturização. Há, ainda, aqueles que defendem ser desnecessária a adoção de um novo termo, já que acreditam ser a palavra alfabetização própria para abarcar também o novo conceito.

Segundo Soares, com frequência, alfabetização e letramento são conceitos confundidos ou sobrepostos que se mesclam; é importante distingui-los e, ao mesmo tempo, aproximá-los para percebemos que a alfabetização pode modificar o entendimento de letramento, como ao mesmo

tempo depende dele.

A discussão em torno do letramento sempre surge atrelada ao conceito de alfabetização, ocasionando uma inadequada e imprópria síntese dos dois procedimentos, com prevalência do conceito daquele sobre o desta. Não podemos separá-los, posto que o universo da escrita se dá simultaneamente por meio desses processos: a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a escrita, o letramento.

Apesar de estarem ligados entre si, escrita, alfabetização e letramento nem sempre têm sido enfocados em conjunto. Inicialmente, a relação entre eles é a do produto e do processo: enquanto os sistemas de escrita são um produto cultural, a alfabetização e o letramento são processos de aquisição de um sistema escrito.

Entende-se por alfabetização, a aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para a lectoescrita e as chamadas práticas de linguagem, por um indivíduo ou grupo, que se dá, geralmente, na escola como instrução formal (TFOUNI, 1995, p. 20); o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, isto é, do conjunto de técnicas para exercer a arte e a ciência da escrita.

Para Soares (1998, pp.18-9), o termo alfabetização tem sido empregado com o sentido mais restritivo da ação de ensinar a ler e a escrever, o qual se caracteriza pelo desenvolvimento da textualidade e dos conteúdos pertinentes à codificação e à decodificação. Afinal, aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia: a de codificar em língua escrita e de decodificar a língua escrita.

Ao contrário do tradicional conceito de alfabetização, em que os alunos deveriam dominar as habilidades de leitura e escrita de forma mecânica, sem a preocupação com a capacidade de interpretar, compreender, criticar; o letramento apresenta-se como um processo em que o ensino da leitura e da escrita acontece dentro de um contexto social e essa aprendizagem faça parte da vida dos alunos efetivamente. Assim, as habilidades adquiridas na escola devem fazer parte das relações comunicativas dos indivíduos.

Designa-se por ‘letramento’ (português brasileiro) ou literacia (português europeu) ao resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, capacitando o indivíduo para usar as habilidades sociais e contemporâneas para escrever vários tipos de textos e interpretá-los; ao ‘estado ou condição de quem cultiva e domina as práticas sociais da leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive, conjugando-as com as práticas de interação oral’ (SOARES, 1998, p. 47); ao exercício efetivo e competente da escrita que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diversos objetivos (idem, p.91).

Logo, ao construir o conceito, Soares (idem) decompôs a palavra ‘letra’ + ‘mento’ apontando neste termo um sentido ampliado da alfabetização, que consiste em práticas de leitura e escrita às quais vão além da alfabetização funcional.

Em outras palavras, o letramento se refere à pessoa que se torna sujeito da própria ação de ler e escrever e que se vê como tal, usando-a para o próprio benefício, de forma consciente e, sobretudo, no que tange à escola, para dar sentido e qualidade ao seu aprendizado. Nesse caso, valoriza-se o conjunto de práticas sociais explorando a tecnologia instrumental.

Para compreender seu significado, Kleiman (1995) explicita a complexidade do conceito letramento ligado à alfabetização e à escolarização e enfatiza os aspectos social e utilitário do letramento definindo-o como um “conjunto de práticas sociais interligadas à escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”.

Consoante D’Espíndola (2010), o letramento é cultural, por isso muitas crianças já vão para a escola com o conhecimento adquirido de maneira informal, incidentalmente no dia a dia. A escola deve continuar esse processo, transformando o aprendizado automático e repetitivo, baseado na descontextualização, e, acima de tudo, evitando as práticas que tornam a criança alfabetizada, com conhecimento do código, mas incapaz de compreender o sentido dos textos.

Antes de constituir um conjunto de habilidades intelectuais, o letramento é uma prática sociocultural e histórica estabelecida, que permite ao sujeito apoderar-se das suas vantagens e assim exercer a cidadania. “É descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita, é entender quem a gente é e

descobrir quem podemos ser” (Prof<sup>a</sup>. Amélia Hamze). Soares (idem) diz: “apropriar-se da escrita é ser autotransformador de seu próprio mundo”.

Para Mortatti (2004, p. 98), o conceito de letramento se liga às funções da escrita em sociedades grafocêntricas. O letramento é um fenômeno social que salienta as características sócio-históricas da aquisição da escrita por um grupo social; está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, influenciando também as relações com os outros e com o mundo.

Na tentativa de definir letramento, Goulart (2006) admite a existência de algumas questões polêmicas, e a possibilidade de letramentos, no plural. “Em termos gerais, está relacionado ao conjunto de práticas sociais orais e escritas [de linguagem] de uma sociedade, e também à construção da autoria” (op.cit., p. 7).

O letramento envolve a identidade e agência do aprendiz na aquisição da linguagem, como comenta Soares (1998, p.30): “Ter-se apropriado da escrita é diferente de ter aprendido a ler e escrever”. Relaciona-se com a aquisição, o uso e as funções da leitura e escrita em sociedades letradas, como habilidades e conhecimentos que precisam ser ensinados e aprendidos; com a escolarização e com a educação, abrangendo processos que ocorrem em situações dentro e fora da escola.

A definição de letramento para Kato (1990) relaciona-se com a função da escola de formar cidadãos letrados, do ponto de vista do crescimento cognitivo individual e do atendimento a exigências de uma sociedade que valoriza a língua padrão.

Corroborando com a ideia, Tfouni (1995) evidencia as relações entre escrita, alfabetização e letramento, centrando este nas práticas sociais de leitura e escrita e nas mudanças por elas geradas em uma sociedade, quando letrada. Nesse caso, o letramento situa-se no social, com foco nos aspectos sócio-históricos da aquisição da escrita, restrita ou generalizada, por uma sociedade, indicando algo mais abrangente que alfabetização, que ultrapassa a própria escola.

A busca por uma definição universal e consensual para o letramento torna-se difícil, devido à amplitude e complexidade do conceito que abarca uma vasta gama de conhecimentos, habilidades,

capacidades, valores, usos e funções sociais; englobando, portanto, sutilezas e dificuldades impossíveis de serem contempladas em uma única definição.

Para Soares (2003), essa imprecisão conceitual se mostra pela multiplicidade de ênfases na caracterização do fenômeno. Mesmo reconhecendo tal dificuldade, a professora expressa a definição mais aceita atualmente: ‘o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e a escrever ou o estado/ condição adquirido(a) como consequência da apropriação da escrita.’ Condição imprescindível para o enfrentamento da nova realidade social em que é preciso saber ler e escrever, saber fazer uso, saber responder às exigências que a sociedade faz continuamente, daí a origem dos termos letramento em detrimento do alfabetismo. Ambas as terminologias caracterizam o estado ou condição de quem não é analfabeto. Nessa concepção, letramento seria resultado ou consequência do processo de alfabetização, o contrário de analfabetismo.

Ainda no tocante ao significado de letramento, tal imprecisão engendra inúmeras práticas pedagógicas distorcidas. A alfabetização (ou o conhecimento das letras) é apenas um meio para o letramento (uso social da leitura e da escrita). Nesse caso, para formar cidadãos atuantes e participativos, é preciso considerar a importância da noção de letramento e não de alfabetização.

No dizer de Soares (2003), “Letrar é mais que alfabetizar, (vai além de apenas), é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.” Significa inserir-se no mundo letrado, trabalhando com os diferentes usos de escrita na sociedade. Dessa forma, o letramento tem como objeto de reflexão, de ensino ou de aprendizagem os aspectos sociais da língua escrita.

Difere-se alfabetização do letramento, - aquela sempre entendida de uma forma restrita como aprendizagem do sistema convencional de escrita, é o ‘processo individual de apropriação da leitura e da escrita, através da decodificação por um indivíduo ou grupo’; este último, ao contrário, vincula-se ao desenvolvimento de habilidades de uso competente e frequente da língua nas atividades de leitura e escrita e nas relações sociais, enfatiza seus resultados e consequências e não se restringe somente aos indivíduos, mas abrange também grupos e sociedades’.

Assim, a apropriação da escrita consiste em um processo complexo e multifacetado: pois na alfabetização, é o domínio do sistema alfabético-ortográfico em que se estabelece a relação entre sons e letras; já no letramento, antecede, acompanha e ultrapassa o movimento da alfabetização.

Essas teorias nos ajudam a compreender a importância do letramento associado a diversas formas de alfabetização, posto que ‘já não basta aprender a ler e a escrever’, é preciso mais que isso: adquirir competência e habilidade de interpretar e produzir diferentes gêneros de textos, incorporar as práticas inerentes à leitura e à escrita; ou melhor, adquirir competências para usá-las.

Quando se considera a importância do letramento, acabam-se os exercícios mecânicos e repetitivos, baseados em palavras e frases descontextualizadas; o enfoque se volta para o aluno que constrói seu conhecimento sobre a língua escrita e não para o professor que ensina; a escola passa a trabalhar a leitura e a escrita de textos significativos interagindo com os usos sociais da escrita, constantemente.

As controvérsias acerca do conceito de letramento e as dificuldades empíricas de mensuração transformam-se em ferramentas de suma importância para o debate em torno da questão no Brasil, já que a nossa sociedade, só recentemente, passou a preocupar-se com as habilidades e competências para usar a leitura e a escrita nas práticas sociais e não somente com o saber ler e escrever mecanicamente. Contudo, essa transformação traz problemas de delimitação de sentido, de definição e de mensuração.

Isso ocorre porque, embora atualmente as questões relacionadas à capacidade de leitura e interpretação de textos e do uso eficiente da leitura e da escrita preocupem tanto países periféricos ou em desenvolvimento quanto países ricos e desenvolvidos, percebe-se que existe uma grande diferença no que se refere às exigências de letramento entre eles.

Para a nova realidade social, estado ou condição são palavras importantes para que se compreendam as diferenças entre analfabeto, alfabetizado e letrado (KLEIMAN, 1995), pois desses conceitos emerge a educação, abrangendo processos que ocorrem não apenas em situação escolar, mas também em situações não escolares.

De acordo com Soares (1998), baseado nessa premissa, considera-se analfabeto aquele que

não sabe ler ou escrever. Já o alfabetizado identifica, formal ou juridicamente, o sujeito que adquiriu a tecnologia de escrita, sabe decodificar os sinais gráficos do seu idioma, mas ainda não se apropriou completamente das habilidades de leitura e de escrita. Ou seja, apesar de ler o que está escrito, é incapaz de interpretar o que lê ou de compreender o significado, de modo a identificar a intenção do texto e de seu autor ou extrair implicações e consequências contidas no texto e/ou produzir textos, tendo em vista o leitor ou a audiência para quem os mesmos se destinam. Tem-se aqui o que chamamos de analfabetismo funcional. O adjetivo letrado, por sua vez, passa agora a caracterizar o indivíduo que, sabendo ler ou não, convive, domina e utiliza com competência as práticas de leitura e escrita para responder contínua e adequadamente às demandas sociais.

As diferenças entre sujeitos letrados e não letrados são determinadas nas condições de produção da língua, não nas características formais da mesma (BORTONE, 1999, p.141). Por essa razão, conhecer o código fonético para transitar entre as linguagens oral ou escrita é condição necessária, mas insuficiente para fazer de um indivíduo um ‘sujeito letrado’.

Nessa perspectiva, enquanto se utiliza o termo analfabeto em oposição a alfabetizado, não é possível, de maneira análoga, aplicar a mesma relação entre letrado e iletrado. No letramento, um analfabeto pode não saber ler nem escrever, mas ser, de certa forma, letrado, ao fazer uso da escrita, envolvendo-se em práticas de leitura e escrita quando se relaciona com outros atores sociais, como nos filmes *Central do Brasil* e *Narradores de Javé*. Desse modo, é possível afirmar que não existe “grau zero de letramento” ou “iletramento”, pois toda pessoa, independentemente da condição socioeconômica ou intelectual, faz algum tipo de uso da escrita e de sua prática social (BRASIL, 1998)

Segundo Costa Val (apud CARVALHO & MENDONÇA, 2006, p. 19), hoje, o grande desafio para os professores é avaliar esses dois processos, de modo a assegurar aos alunos a apropriação do sistema alfabético/ortográfico e a plena condição de uso da língua na prática social.

## **Interdependência e diferença nos processos de Alfabetização e Letramento**

Sabemos que a partir da efetiva leiturização, isto é, da inserção de uma pessoa na realidade da leitura (alfabetização e letramento), é impossível separá-los, já que, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o ensino da linguagem deve ser direcionado a três fundamentos básicos: a leitura, a compreensão e a produção numa relação de contexto social.

Portanto, são essas especificidades que tornam os dois processos: alfabetização e letramento diferentes e peculiares porque não podem estar separados a não ser como objeto de estudo e pesquisa (CARVALHO, 2005).

Ou seja, ao mesmo tempo que esses processos estão intrinsecamente interligados, eles são distintos, indispensáveis, complementares, interdependentes e indissociáveis, não alternativos nem sequenciais: para ser uma pessoa letrada, é importante já ter passado pela alfabetização dado que o letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e da escrita.

Assim sendo, fica explícito que a ação pedagógica mais adequada, produtiva, viável e eficaz é a que contempla a alfabetização e o letramento. Embora sendo objetos aprendidos e ensinados de modo distintos, devem ser ensinados e aprendidos na totalidade, de forma articulada e simultânea/concomitante, para que não se fragmentem e desvirtuem o fenômeno que é a aprendizagem inicial da língua escrita (LIMA, 2006).

### **Significados dos Termos: Alfabetizar e Letrar**

Ressalte-se que não devemos escolher entre alfabetizar e letrar: são aprendizagens específicas (SOARES, 1998). Alfabetizar é ensinar o código alfabético; Letrar é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e escrita. Para que a alfabetização e o letramento façam parte do ensino da língua em sua prática social é preciso alfabetizar letrando: logo, o aluno deve ser alfabetizado

e letrado. Mas como nós (pais e professores) podemos contribuir para que as crianças se tornem alfabetizados letrados? E qual o papel da escola na construção de sujeitos letrados e alfabetizados? Enfim, como alfabetizar, letrando?

Para alfabetizar e letrar é preciso que pais e professores antecipem a criança em diversos ambientes em que a escrita faça parte de seu meio (ambiente alfabetizador ou contexto letrado - um repertório de situações de leitura e escrita que contenha os diversos tipos de textos que circulam intensamente na vida social e no cotidiano das pessoas).

Cabe à escola unir os conceitos de linguagem e interferência desta com o mundo e também alicerçar esse conceito como a proposta do letramento num entendimento de que esse aluno é um ser social. Enfim, estabelecendo essa relação do aluno como sujeito, a escola desempenha seu papel de ensinar à criança não apenas a leitura habitual da escola, mas de levá-la a aprender a ler o mundo (cf. Paulo Freire). Nesse processo, o professor é o mediador das interações fundamentais entre ele e as crianças e entre elas mesmas.

Um ponto importante para alfabetizar e letrar, diz Magda (1998), “é saber que há distinção entre alfabetização e letramento, entre aprender o código e ter a habilidade de usá-lo.” Ao mesmo tempo, é fundamental respeitar a especificidade de cada um desses fenômenos, mas também, sua necessária indissociabilidade no ensino da leitura e da escrita, sem hierarquia ou cronologia: ‘pode-se letrar antes de alfabetizar ou o contrário.’

Por fim, além da exposição à diversidade de gêneros, é preciso respeitar a bagagem cultural trazida por seus alunos, considerando os conhecimentos prévios, ao contato com a sala de aula, no processo de educação linguística, como fator agregador e não de entrave, nunca desprezando o contexto sociocognitivo onde estão inseridos. Elimina-se, deste modo, um ambiente escolar tradicional que trabalha unicamente para si, e que condena a contribuição do aluno e seu nível de letramento à exclusão (MORAES, 2004).

Como se percebe, no emaranhado das condições sociais, é preciso conscientizar-se como o iletrismo se constrói e, ao mesmo tempo se revela face ao que a sociedade determina.

## **Alfabetização e Letramento Digitais**

Há diferentes tipos de letramento: verbal, digital, científico, matemático ou numeramento etc. O letramento digital implica realizar práticas de leitura e escrita diferentes das formas tradicionais de letramento e alfabetização. Ser letrado digital pressupõe assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não verbais, até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital.

Diante de todos os avanços tecnológicos, possivelmente alguém, mesmo sendo alfabetizado e letrado, isto é, já dominando a tecnologia da leitura e da escrita e fazendo uso dos privilégios totais do letramento, seja ainda um “analfabeto ou iletrado digital”.

## **Dimensões do Letramento**

Saliente-se que o letramento pode ser visto sob dois enfoques: o individual e o social. Na dimensão individual, as habilidades de leitura e escrita determinam e caracterizam uma pessoa letrada. Em sua dimensão social, letramento é um conjunto de práticas sociais em que os indivíduos se envolvem de diferentes formas, de acordo com as demandas do contexto social e das habilidades e conhecimentos de que dispõem.

Em se tratando do uso do termo letramento, é importante ressaltar que existem duas posições teóricas: de um lado, os autores Soares, Mortatti, Kleiman e Tfouni diferenciam os processos de alfabetização e letramento e os consideram separadamente; por outro, Ferreiro questiona o uso do termo letramento, ao pressupor que em alfabetização estaria contido o conceito de letramento ou vice-versa (SOARES, 2003).

Para Rojo (2009) existem vários tipos de letramentos, destacando-se o social e o escolar. Pode-se dizer que o letramento social diz respeito à aquisição de saberes inatos e adquiridos pela

experiência ou às habilidades demandadas pelas práticas sociais enquanto que o letramento escolar se refere às habilidades específicas, de leitura e escrita, adquiridas por aprendizagem, desenvolvidas na e para a escola (KATO 1986; KLEIMAN 1995 apud MOLLICA & LEAL 2009, p.12). Embora os letramentos escolar e social estejam situados em diferentes espaços e tempos, são parte dos mesmos processos sociais mais amplos.

## Os modelos de Letramento

Kleiman (2001) aponta dois modos de pensar o letramento: o ‘modelo autônomo’ e o ‘modelo ideológico’. Além disso, naturalmente, os dois modelos apresentam visões diferenciadas sobre as relações entre letramento e escolarização.

Segundo Rojo (2009), “o modelo autônomo ou tradicional caracteriza-se por pressupor uma maneira única e universal de desenvolvimento do letramento”, focaliza os aspectos técnicos como fenômeno isolado, centrado no indivíduo (cognitivos), independente do contexto social. Nesse tipo, a escola, principal agência deste, apodera-se de práticas da escrita características da concepção social dominante; a leitura torna-se um conjunto de habilidades linguísticas e psicológicas que abarcam desde a decodificação de palavras até a capacidade de compreensão de textos escritos; separa os grupos letrados dos iletrados; relaciona desenvolvimento social e tecnológico à capacidade intelectual e cognitiva; está associada ao progresso, à modernidade onde o letramento e a escolarização caminham juntos.

Pelo modelo autônomo, proposto por Marcushi, uma pessoa só é letrada quando alfabetizada, ou seja, o aluno aprende apenas pelo contato com a leitura e a escrita na escola. E as visões sobre leitura e escrita são dicotômicas, com separações rígidas. Por exemplo: a fala é contextualizada, dependente e implícita; ao passo que a leitura é descontextualizada, autônoma e explícita.

Já o modelo ideológico estuda o letramento como prática social e culturalmente determinada, assumindo significados e funcionamentos específicos dos contextos, instituições e esferas sociais

em que se desenvolvem. Suas práticas, consideradas dependentes do contexto, estão relacionadas a aspectos culturais e de estrutura de poder, não em si mesmo. É socialmente construído, materialmente produzido e moralmente regulado. Abarca o modelo autônomo dado que une os aspectos culturais e cognitivos das práticas de letramento (STREET, 1984). Diante deste modelo, a escrita é vista como um processo. Por isso, é preciso que as escolas pensem nesse tipo de letramento, que valoriza a leitura e a escrita.

A partir do pressuposto de que a leitura é essencial para a formação e o agir no contexto social de forma crítica e reflexiva, parece fácil conceituar letramento, entretanto há várias concepções deste, já que variam de habilidades e conhecimentos individuais a práticas e competências funcionais.

Vieira (2003, p. 256) considera o “conceito de letramento como híbrido, composto de práticas discursivas diversas submetidas a práticas sociais”. Harmann (apud SOARES, 2006, p. 81) o define em “estágios distintos e dependentes: como instrumento, aquisição de habilidades e aplicação prática em atividades significativas”. Alguns autores como Street e Wagner (apud SOARES, 2003) defendem o “uso de letramentos ao invés de letramento, como diversas linguagens e múltiplos níveis”. Street (apud VIEIRA 2003, p. 258) define letramento como “práticas sociais de leitura e escrita, base para o ensino de línguas”.

Destarte, conceituar letramento é uma tarefa árdua e complexa, que necessita de atenção especial no tocante à concepção de trabalho empregada. Saliente-se que a formulação de um conceito que possa ser aceito sem controvérsias ou restrições é praticamente inviável ou impossível.

### **A Perspectiva Social do Letramento:**

O letramento como prática social implica reconhecer a diversidade de suas manifestações em diferentes áreas da linguagem: falada, escrita, visual, a combinação de várias modalidades e em sua forma crítica. Numa perspectiva social, abrange aspectos que vão além do contexto individual, pois requer uma construção dialógica no âmbito escolar, respeitando o contexto situacional e cultural

dos alunos, um estudo da linguagem em uso. O contexto, nesse caso, é um fenômeno socialmente construído e interativamente sustentado.

Consoante Soares (2003), “há leituras conflitantes sobre a natureza social do letramento.” uma dimensão progressista (liberal e autônoma), aplicada para uma língua em uso; e uma perspectiva radical (revolucionária e ideológica), para uso crítico e reflexivo da língua no contexto social.

Na dimensão liberal, letramento é definido como um “conjunto de habilidades essenciais para o funcionamento adequado da leitura e da escrita exigidos pelas práticas sociais”. Já na interpretação revolucionária, consiste essencialmente num “conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita, geradas por processos sociais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições ou formas de poder” presentes nos contextos sociais (SOARES, idem).

A partir da concepção de letramento como prática social, percebe-se a existência de diferentes tipos de letramento cujas práticas são arquitetadas pelas instituições e relações de poder. Portanto, letramento não é apenas a simples habilidade de ler e escrever, mas a execução dessas habilidades no exercício social, como sistema simbólico de base cognitiva e sociocultural, fundamental para a representação e leitura do mundo.

## **Letramento e Escolarização**

É relevante apresentar o enfoque das relações entre letramento e escolarização no contexto escolar para esse entendimento. Ao contrário do que se poderia pensar, essa relação não é óbvia ou direta. Entretanto, é necessário entender que a introdução do ‘letramento’ no âmbito das práticas escolares não se configura como mera substituição da ‘alfabetização’, nem ‘alfabetização’ como pré-requisito para o ‘letramento’. Dessa forma, ocorre o processo de ‘pedagogização do letramento’, no qual as práticas sociais se tornam, segundo Soares (1998), práticas de letramento a ensinar, ensinadas e adquiridas.

Como a escola é o principal, senão o único, meio de acesso ao letramento valorizado pela

sociedade burocrática, tende a ser confundido com a escolarização, a qual, por sua vez, está atrelada a interesses e/ou ideologias (culturas). No entanto, como a educação se realiza em instâncias diversas, percebe-se que sua identidade ainda não está bem definida, o que acarreta uma certa instabilidade. Letrar-se, é um processo que acontece em muitos lugares, inclusive na escola. Ao conceito mais amplo que se dá, sistematicamente na escola, chamamos de escolarização.

Sendo assim, mesmo se tratando de práticas e eventos de letramento com características distintas, há uma relação muito forte entre escolarização e letramento, quando os tipos escolar e social fazem parte de um mesmo processo. Ao contrário, pode inexistir correspondência entre escolarização e letramento, quando as habilidades desenvolvidas pela escola se distinguem das que são exigidas no contexto social.

Para Mortatti (2004, p. 108), a alfabetização e a escolarização, em nosso contexto atual, são condições necessárias, mas não suficientes, para o letramento. Isto é, a autora expressa que a alfabetização e a escolarização não pressupõem, necessariamente, o letramento. O contrário, no entanto, parece ser verdadeiro, uma vez que o letramento implica a alfabetização e a escolarização. Desta forma, a escola não produziria, obrigatoriamente, sujeitos letrados, mas os sujeitos letrados vivenciariam, via de regra, situações escolares, como a alfabetização.

Ainda se tratando das relações entre alfabetização e escolarização, Mortatti (2004, p. 107) afirma: “somente o fato de ser alfabetizada, não garante que a pessoa seja letrada” reiterado por Soares (2003), Kleiman (2003) e Tfouni (1995): “nem sempre a pessoa alfabetizada pode ser considerada letrada”.

Então, será que existe relação direta entre escolarização e alfabetismo/letramento? Conforme Soares (2003, p. 99), embora exista uma evidente correlação entre escolarização e letramento na sociedade, dado que a escolarização é fator decisivo na promoção de habilidades associadas ao letramento, essas relações são imprecisas e necessitam de maiores pesquisas para melhor compreensão.

## **O letramento no contexto escolar:**

A escolaridade surge como variável essencial na definição das diferenças culturais. Por sua vez, a escola, como instituição privilegiada e agência social mediadora responsável pelo aprendizado da leitura, através de uma relação dialógica entre os conhecimentos científicos e culturais no processo de ensino-aprendizagem, proporciona uma educação cidadã em que o educando ultrapassa os limites da decodificação linguística e chega à compreensão do texto e à capacidade de criticar e refletir sobre o que ler.

Assim, as práticas de letramento trabalhadas no contexto escolar e institucionalizadas pela educação formal se caracterizam como referência significativa para a sociedade que as aceitam e as legitimam, pois exigem convenções sociais ligadas a padrões dominantes e adequadas a uma realidade hegemônica.

Desse modo, como o conceito de letramento está atrelado ao papel que a escrita exerce na sociedade, pode-se afirmar que esse processo não se dá somente na escola, mas no cotidiano de suas práticas sociais. Logo, “não basta saber ler e escrever; é preciso ser reconhecido nas práticas sociais de leitura e escrita e se reconhecer como participante de tais práticas” (Goulart apud CARVALHO & MENDONÇA, 2006, p. 74).

Na maioria das vezes, na prática escolar, a leitura e a escrita apresentam-se de maneira descontextualizada da realidade dos alunos e o letramento escolar tem se apresentado como um sistema também descontextualizado, validado por meio de desempenho em testes.

Logo, é imprescindível que a escola trabalhe o letramento numa perspectiva social, adotando uma pedagogia cultural focada na realidade social dos alunos, buscando a proficiência na leitura de gêneros textuais diferentes encontrados no dia a dia escolar e nas práticas sociais.

## **Processos de leiturização como prática social de letramento**

Sabe-se que, nas sociedades tecnológicas, a proficiência da leitura e o domínio da escrita ganham status privilegiado ao proporcionar plena participação social. É por meio da leitura que o sujeito tem acesso à informação, defende seus direitos e pontos de vista e partilha dos bens culturais da sociedade (BORTONE, 1999). Assim, o resultado final do ato de leitura deve ser obtido em dois níveis: a decodificação e a compreensão.

### **A contribuição da Psicolinguística**

Para se chegar ao letramento, o indivíduo precisa dominar a leitura de forma proficiente, sendo capaz de ler e entender de maneira significativa diferentes gêneros textuais. Alguns autores como Kleiman e Goodman explicitam a leitura relacionada a aspectos cognitivos e psicológicos. Eis, porque as tarefas de alfabetizar e letrar tornam-se tão complicadas.

### **A contribuição da Linguística Textual e Discursiva e da Sociolinguística Interacional**

Se a unidade básica de estudo da linguística é o texto como forma específica de manifestação da linguagem, o núcleo da atividade textual discursiva deve ser a produção e compreensão de textos orais e escritos (MARCUSCHI, 2007). De acordo com Koch, (2003), o texto, como objeto de significação, produto ideacional e interpessoal, é determinado por dois fatores manifestos: a intenção e a execução.

Constata-se que para se formar um bom leitor é necessário que haja uma prática constante de leitura dos diferentes gêneros textuais. Formar leitores autônomos significa formar leitores capazes de aprender a partir de textos.

Solé (1998) ressalta que a leitura é um processo de interação entre leitor e texto. A proficiência

em leitura exige a intervenção tanto do texto, sua forma e conteúdo, quanto do leitor com suas expectativas e conhecimentos prévios. Na interação com o texto, o leitor deve construir sentidos, objetivando compreendê-lo a partir do conhecimento individual e das experiências trazidas de outros textos e contextos.

Por isso, a construção de significado por meio da leitura envolve habilidades que possibilitam o posicionamento crítico do leitor frente ao texto e ao mundo, significando-os conforme sua prática social. Assim, o processo de leiturização extrapola a simples decifração de signos linguísticos, já que constitui uma atividade cultural e dialógica de construção de significados e atribuição de sentidos. E a leitura atrela-se à visão de letramento constituído por práticas e eventos relacionados ao uso, função e impacto da escrita.

Numa aula de leitura, deve-se focalizar aspectos globais do texto como a estrutura e a intencionalidade (KLEIMAN, 1995, p. 100). Conseqüentemente, em um processo de leiturização, necessita-se, além do domínio das habilidades de decodificação, o aporte ao texto de objetivos, ideias e experiências prévias do leitor.

Como a leitura é uma prática social e cultural que dá sentido a diferentes gêneros textuais, os processos de alfabetização e letramento devem estar interligados para se chegar a uma leitura funcional.

## CONCLUSÃO

Nestas considerações finais, compartilhamos a opinião de que a tarefa de ensinar ultrapassa a dimensão do letramento. É um engano pensar que esse processo é um problema apenas do professor de língua materna: letrar é função e responsabilidade de todos os professores que trabalham com leitura e escrita. Portanto, cada professor é responsável pelo letramento em sua área específica.

É importante salientar que a filiação teórica dos estudiosos do letramento à Linguística e às Ciências da Linguagem, abordando-o na interface da Psicolinguística, da Linguística Aplicada e da

Análise do Discurso permite que o tema seja pesquisado fora do enfoque reducionista pedagógico/psicológico sob o qual usualmente é tratado, inclusive na literatura estrangeira. A questão da alfabetização, antes tratada apenas dentro do sistema formal de ensino (a escola), sofreu um deslocamento de foco, ao diferenciar alfabetizados e letrados. Em suma, trata-se de uma postura teórica, metodológica e ideológica com relação à questão.

Partindo desses pressupostos, constatamos que a alfabetização e o letramento passaram a ser tratados como conceitos e práticas inter-relacionadas e complementares entre si, mesmo com suas especificidades. Considerar a alfabetização e o letramento como domínios diferentes da educação, mais do que uma discussão semântica, evoca processos escolares de contextualização do conhecimento, pois alfabetizar-se é ler muito antes de saber decodificar; ler é muito mais que juntar letras e ensinar a ler é muito mais do que ensinar o alfabeto e a silabação.

Com relação ao uso na literatura educacional, observamos que, no decorrer de nossa prática, o termo letramento possui maior aderência que o alfabetismo, indo além de vários métodos para se alfabetizar, pois não se detém em técnicas, é o norteador que dá significado ao que se ler e se escreve.

A discussão sobre alfabetização e letramento em dois tópicos, como feita neste artigo, pode suscitar a ideia de que são componentes a serem desenvolvidos separadamente. Contudo, não deve ser assim. Embora os processos de alfabetização e letramento sejam distintos e as atividades diferenciem-se tanto em relação às operações cognitivas por elas exigidas quanto em relação aos procedimentos metodológicos e didáticos que as orientam, tais atividades devem ser desenvolvidas de forma integrada.

Apesar de todos os avanços, ainda hoje se observa, em muitas salas de aula, o uso de práticas de leitura e escrita com objetivos memorísticos e sem uso social real, ou seja, a leitura e a escrita vistas como uma atividade mecânica de memorização de um código de conversão de sons em letras e vice-versa, com muitas atividades de cópias, memorizações de padrões silábicos e leitura de textos cartilhados, a fim de preparar para a alfabetização.

Ao conhecermos a importância disso, deixamos de exercitar o aprendizado automático e

repetitivo, centrado na descontextualização para nos embasarmos, sempre, no letramento, uma vez que leitura e escrita são, fundamentalmente, mecanismos de comunicação e interação, e não o instrumento para que possamos nos envolver nas práticas e usos da língua escrita. É necessário ensinar às crianças a linguagem e escrita e não somente a escrita de letras.

As práticas letradas escolares passam a ser apenas um tipo de prática social de letramento que, nas sociedades complexas, embora continue sendo dominante, relativamente majoritário e abrangente, desenvolve apenas algumas capacidades.

O acesso à leitura e escrita sempre foi e continua sendo, expressão de poder e, a alfabetização, uma conquista. Por isso, não se pode considerar a alfabetização como pré-requisito para o letramento, nem reduzir letramento a um conceito escolarizado assim como também não se pode, de forma radical, separar o letramento da alfabetização, da escolarização e nem, tampouco, da educação.

Vivemos em uma sociedade em que a ‘letra’ está em toda parte e as pessoas têm que se ‘virar’ no seu cotidiano, independentemente de saberem ler ou escrever, independentemente de terem frequentado a escola. Portanto há muitas pessoas chamadas analfabetas, que são ‘letradas’, embora não tenham sido escolarizadas.

A nossa escola, o ‘locus’ privilegiado no qual a linguagem escrita deve ser trabalhada de modo natural, como produto e processo histórico e cultural, não criou o hábito nem a cultura da leitura, limitando-se a práticas insipientes, onde a literatura é pouca ou quase nula. Porém, deve ser proficiente, articuladora e significativa para conscientizar e formar alunos cidadãos, ativos, críticos e transformadores da sociedade, ampliando as formas de serem e estarem neste mundo por meio da interação e do diálogo. É preciso, ainda, que se ultrapasse os muros da escola, usando a leitura e a escrita como ferramentas indispensáveis à cidadania. Por isso, faz-se necessário uma educação escolar que priorize bases teóricas, que levem em consideração o letramento e a alfabetização como processos que tragam novos sentidos para o ensino-aprendizagem.

Às vezes, as práticas escolares de letramento restringem-se somente à alfabetização, ao ato de ensinar a ler e escrever, atrelando-se, quase exclusivamente, à construção descontextualizada,

unívoca e monofônica da leitura e da escrita, ao invés de levar à compreensão ativa e crítica da significação, desejável no letramento. Desta forma, ler é perceber que em todo texto há alguém, em determinado tempo e lugar, que expressa suas visões de mundo.

Em estreita sintonia, a alfabetização e o letramento, nas suas vertentes teórico-conceituais, romperam definitivamente com a segregação dicotômica entre o sujeito que aprende e o professor que ensina. Romperam também com o reducionismo que delimitava a sala de aula como o único espaço de aprendizagem.

Capitaneada pelas publicações de Ângela Kleiman, Magda Soares e Leda Tifuni, a concepção de letramento contribuiu para redimensionar a compreensão que hoje temos sobre: as dimensões do aprender a ler e a escrever; o desafio de ensinar a ler e a escrever; o significado do aprender a ler e a escrever; o quadro da sociedade leitora; os motivos pelos quais tantos deixam de aprender a ler e a escrever, e as próprias perspectivas sobre o letramento.

Nesse sentido, mais importante do que a discussão terminológica entre alfabetização e letramento está a construção de uma visão de ensino associada à formação humana centrada na discussão de valores. Letrar deveria ser um compromisso assumido por todos... um chamamento aos docentes para romper com práticas pedagógicas mecânicas.

Logo, mais interessante que decodificar símbolos (letras e palavras), é compreender como funciona o sistema alfabético ou a funcionalidade da escrita, pois é assim que o cidadão torna-se mais atuante, participativo e autônomo, de forma significativa na sociedade em que vive.

As competências de leitura e de escrita não são inatas, mas construídas nas relações sociais e consolidadas culturalmente em situações de ensino e de aprendizagem. Por isso, o estudo profícuo de uma língua deve considerar os seus modos de uso, em contextos reais de comunicação. Por sua vez, no Século do Conhecimento, a aquisição do letramento digital se apresenta como uma necessidade educacional e de sobrevivência para enfrentar os desafios que estão colocados.

Mesmo sabendo que o letramento é um conceito amplo e complexo, de difícil definição, nos aventuramos a apresentar um conceito único, porém abrangente, de letramento, a partir dos autores

abordados: é o produto da aprendizagem dos usos da escrita e da leitura, não necessariamente atrelado à alfabetização em que a escola, enquanto uma agência de, promove o letramento escolar, o qual se diferencia do tipo social, instituído nos contextos extra-escolares. Por isso, para alguém tornar-se letrado é condição ‘sine qua non’ viver em um contexto rico em situações que exijam e estimulem a leitura e a escrita.

Sem a pretensão de esgotar a temática, mas sim, de realizar uma síntese de aspectos teóricos importantes a todos que se interessam pelo tema e, especialmente aos professores da educação básica, este breve enfoque ora desenvolvido aponta para a necessidade de aproximar teoria e prática, no campo da educação. Numa junção entre concepções e perspectivas pedagógicas, talvez encontremos subsídios e/ou alternativas para a transformação da sociedade leitora, uma realidade politicamente inaceitável e, pedagogicamente, aquém de nossos ideais.

Talvez necessitemos de uma compreensão mais precisa dos conhecimentos que a escola oportuniza e dos que o cotidiano possibilita ao estudante, para serem igualmente chamados de letramentos, pois o que torna o ensino significativo ou eficiente é fazer com que o aluno adquira o conhecimento profundo e não apenas o superficial, melhor dizendo, para que eles saibam e não apenas conheçam.

### **Referências Bibliográficas:**

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1981.

BATISTA, A. A. G. Alfabetização, leitura e escrita. In.: CARVALHO, M. & MENDONÇA, R. Práticas de leitura e escrita. Brasília: MEC, 2006, p. 12-18.

BEZERRA, M. A. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. R. e BEZERRA, M. A. (orgs). Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 37-46.

BORTONE, M. E. Processos de letramento e as condições sociais da linguagem. São Paulo,

Universidade de Uberaba/Cone Sul, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Pró-Letramento: programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental: alfabetização e linguagem – ed. rev. e ampl. Brasília: MEC/SEB, 2007.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Linguística. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

CARVALHO, Marlene. Alfabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COLELLO, S.M.G. Alfabetização e letramento: repensando o ensino da língua escrita. Disponível em <http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm> (acesso em outubro de 2005).

COSTA VAL, M<sup>a</sup> da Graça. O que é ser alfabetizado e letrado. In.: CARVALHO, M. & MENDONÇA, R. Práticas de leitura e escrita. Brasília: MEC, 2006, p. 18-23.

D'ESPÍNDOLA, Vamilson Souza. Letramento, Leitura e Escrita. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/.../Letramento/pagina1.html>. Acesso em: abr. 2010.

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_ & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

GOULART, C. M. A. Oralidade, escrita e letramento. In.: CARVALHO, M. & MENDONÇA, R. Práticas de leitura e escrita. Brasília: MEC, 2006, p. 72-75.

KATO, M. A. No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1990.

KLEIMAN, A. (org.) Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KOCH, I. V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, Terezinha Bazé. O Processo de Alfabetização: A Condição da Escola e do Professor na Organização do Trabalho Pedagógico. Disponível no endereço eletrônico: [www.bazehpg.com.br.] Acesso dia 30/08/2006.

MARCUSCHI, L. A. Cognição, linguagem e práticas interacionais. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MORAES, A. G. de; ALBUQUERQUE, E. B. C. de. Alfabetização e letramento: O que são? Como se relacionam? Como “alfabetizar letrando”? In: ALBUQUERQUE, E. B. C. 19de; LEAL, T. F (org.). Alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 59-76.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Educação e Letramento. São Paulo: UNESP, 2004.

ROJO, R.H. Concepções não valorizadas de escrita: a escrita como “um outro modo de falar”. Em: Kleiman, A.B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. Letramento em três gêneros. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 1998.

SOLÉ, I. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.

STREET, B. V. Literacy in theory and practice. Cambridge: Cambridge Univesity Press, 1984.

TFOUNI, Leda Verdiani. Letramento e Alfabetização. São Paulo: Cortez, 1995.

TRINDADE. M. N. Literacia: teoria e prática – orientações metodológicas. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, J. Antunes; SILVA, D. E. G. Práticas de análise do discurso. Brasília: Plano, 2003.